



seminário

Políticas Afirmativas e Diversidade na Unifesspa

Marabá, 14 a 16 de setembro





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROEG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - PROPIT**

Elaboração:

Ana Paula de Souza Fernandes

Claudina Gomes Guido

Irani Santos Soares

**Relatório do Seminário de Políticas Afirmativas e Diversidade da Unifesspa
2016**

Marabá-PA,
Outubro de 2016

Seminário de Políticas Afirmativas e Diversidade da Unifesspa

2016

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Estudantis

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS - PROEX

Haroldo de Souza

Secretaria Executiva

Maclém Erane Gonçalves dos Santos

Setor de Administração

Abigail da Silva Brito

DIRETORIA DE AÇÃO INTERCULTURAL – DAI

Evandro Costa de Medeiros

Divisão de Programas e Projetos

Lucivaldo Silva da Costa

Coordenadoria de Cultura

Claudiana Gomes Guido

Coordenadoria de Articulação Social

Ivonilce Brelaz da Silva

Setor de Registro e Acompanhamento de Projetos de Extensão

Geovânia da Silva Oliveira

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL – DAIE

Diego de Macedo Rodrigues

Divisão de Assistência e Integração Estudantil

Ana Paula de Souza Fernandes

Coordenadoria de Assistência Estudantil

Michele Elane de Sá Monteiro

Coordenadoria de Integração Estudantil

Antônio Augusto da Costa Severo

Setor de Auxílio ao Estudante

Ronaldo Bezerra da Silva Junior

Setor de Integração Acadêmica e Científica

Junior Gleysson Gomes da Cruz

Setor de Cultura e Esportes

Eliano Benício de Souza

EQUIPE DE ASSISTENTES SOCIAIS

Carolina Carvalho

Samuel Almeida Mendes

Valdelina Brito de Queiroz

Sheila Kaline Leal da Silva

Bolsista Estágio

Paula de Menezes Baia

Amanda Soares Silva

Janykelly Gonçalves Moutinho

Mylena Cristina Aires da Silva

Pamela Fernandes Botelho

Outubro de 2016

Marabá-PA

RESUMO

Este Relatório Técnico apresenta uma síntese dos dados, discussões e resultados alcançados ao longo do I Seminário de Políticas Afirmativas e Diversidade da Unifesspa, realizado entre os dias 14 e 16 de setembro de 2016, na Unidade 1 do Campus de Marabá. O objetivo do evento foi fomentar o diálogo com a comunidade acadêmica e movimentos sociais a respeito das políticas de ações afirmativas e diversidade, no intuito de construir as diretrizes fundamentais para a atuação da Unifesspa, no que se refere ao acesso e permanência no Ensino Superior, de modo a contribuir na consolidação desta como universidade na/da Amazônia. Composto por atividades culturais, palestra inicial, painel de experiências e mesa de diálogo, o seminário culminou com a proposição de ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão para a construção da política de acesso e permanência na Unifesspa para negros, quilombolas, diversidade de gênero e sexual, pessoas com deficiência e camponeses.

Palavras-Chave: Ações afirmativas, diversidade, ensino superior.

Apresentação

A constituição histórica da sociedade brasileira é indiscutivelmente marcada pela presença de sérios conflitos e desigualdades de todos os níveis. O processo colonizador entre os séculos XV e XVIII deixou marcas profundas que foram introduzidas em nossa cultura, economia e instituições políticas. Este processo desigual foi reproduzido nas escolas e instituições universitárias brasileiras no final do século XIX e início do XX, obstruindo o acesso da maioria da população a experiência educacional formal. No contexto atual o desafio é estender o direito à educação a toda sociedade. Este desafio é ainda maior quando pensamos na inserção de pessoas com deficiência, público LGBTTT e populações tradicionais, particularmente as diversas etnias indígenas, comunidades quilombolas e camponesas, especialmente no ensino superior.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, por meio da PROEX, PROEG e PROPIT, propôs um espaço para pensar a inserção e a permanência desses grupos na academia, constituído no Seminário de Políticas Afirmativas e Diversidade na Unifesspa, construído por um coletivo formado por professores atuantes nas temáticas de discussão do evento, a partir de núcleos, grupos de pesquisa e projetos de extensão, como por exemplo N'UMBUNTU e GEIA; técnicos desta instituição que atuam nas três Unidades Administrativas; em conjunto com órgãos externos que atuam junto a estes segmentos, como Funai e 4ª Unidade Regional de Educação da Secretaria Estadual de Educação/SEDUC-PA.

O seminário constitui numa ação inicial para o tratamento de questões carentes de políticas e ações no âmbito acadêmico-administrativo das Pró-Reitorias que as efetivam, de modo a atender ao anseio da comunidade acadêmica e de grupos de pesquisa e extensão que a muito discutem as temáticas propostas.

Norteados pelas demandas destes sujeitos, considerando a atual conjuntura política e o cenário de retrocessos no campo das conquistas sociais direcionadas aos grupos citados, o seminário é apresentado neste relatório, a partir da síntese das discussões e proposições realizadas, constituído por dados gerais do evento, resumo das palestras, painéis e mesa de diálogo e as discussões e proposições dos Grupos de Trabalho (GT's).

1. Programação Científica

14/09/2016

08h as 19h – Credenciamento – Auditório da Unidade I

8h – Acolhimento e Recepção dos Participantes – Obra Kolping

8h às 17h – Oficinas Temáticas

Boneca Abayomi – GAC/São Félix

Trança e Turbante – GAC/São Félix

Vista a minha pele – Discentes da FACED

Capoeira Angola – Diego Leonardo

Break Dance – Tiago – Discente da Fecampo

Circulo Restaurativo do Respeito – Profa. Dra. Lorena Santiago Fabeni

17h30 – Ritual de Abertura Indígena com representantes do Povo Xikrin – Tapiri da Unidade I

18h – Mesa de Abertura – Auditório da Unidade I

Prof. Dr. Fernanda Ferreira (Pró-Reitora da PROPIT – Representante da Reitoria)

Prof. Dr. Sebastião da Cruz Silva - PROEG

Prof. Me. Haroldo de Souza - PROEX

Profa. Me. Rosani de Fátima Fernandes – 4ª URE/Marabá

Esp. Eric Belém – FUNAI/Marabá

Prof. Dr. Jerônimo Silva e Silva – GEIA

Prof. Me. Janailson Macedo Luiz – N'UMBUNTU

19h – Palestra: Políticas de Ações Afirmativas e Diversidade no Ensino Superior

Palestrante: Profa. Dra. Rosana Rodrigues Heringer (UFRJ)

Mediador: Prof. Dr. Jeronimo Silva e Silva – Fecampo/ICH/Unifesspa

15/09/2016

8h30 – Painele Relatos de experiências de estratégias de inserção e permanência por meio de Políticas Afirmativas – Auditório da Unidade I

Painelistas

Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias – CAAF/UFG

Profa. Dra. Beatriz dos Santos Landa – CEPEGRE/UEMS

Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves – UEMS

Profa. Me. Rosilene Rodrigues Prado – NIS/UFPA

Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade – UNILAB

Mediador: Janailson Macedo Luiz – FAHIS/ICH/Unifesspa

12h às 13h59 - Intervalo

14h - Apresentação Cultural da APAE

14h30 - Mesa de Diálogo Políticas de Ações Afirmativas na Unifesspa: a perspectiva dos movimentos sociais – Auditório Unidade I

Debatedores:

Vanda Melo dos Santos – GAC/São Felix

Concita Guaxipiguara Sompré – FEPIPA/APIB

Deuzimar Tarracana Karajá - Associação de Estudantes Indígenas da Unifesspa

Katia Cunha da Silva - Associação das Pessoas com Deficiências de Marabá

Rosangela Alves dos Reis - Representante do Movimento Sem Terra

Eduardo Nunes da Silva - Movimento LGBTT/Marabá

Deyziane dos Anjos Silva – Associação dos Umbandistas de Marabá

Ozias Gomes da Silva – Associação dos Umbandistas de Marabá

Mediadora: Profa. Me. Rosani de Fátima Fernandes

16/09/2016

08h – Apresentação da Pesquisa do Programa de Acolhimento Estudantil/PROEX – Auditório Unidade I

09h - Grupos de Trabalhos – Auditório Unidade I

Objetivo: Discutir e propor ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de contribuir para a política de acesso e permanência na Unifesspa, com foco no acompanhamento da trajetória acadêmica dos ingressantes através das políticas de ações afirmativas da Unifesspa.

GT 1 – Ações Afirmativas para Negros em Educação

Coordenador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes

GT 2 – Ações Afirmativas para Quilombolas

Coordenadora: Profa. Me. Rita de Cassia Costa

GT 3 – Ações Afirmativas para Indígenas

Coordenador: Profa. Dra. Maria Cristina Macedo Alencar

GT 4 – Ações Afirmativas para Diversidade de Gênero e Sexual

Coordenadora: Profa. Dra. Lorena Fabeni

GT 5 – Ações Afirmativas para Pessoas com Deficiência

Coordenadora: Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo

GT6 – Ações Afirmativas para Camponeses

Coordenadora: Profa. Me. Rodrigo de Almeida Muniz

12h às 13h59 - Intervalo

14h – Plenária

19h - Noite Cultural

2. Programação Artística e Cultural

Exposições Fotográficas

Registros da Educação do Campo

A terra somos nós – Giovana Vale

Eparrê Ogunhê – Deize dos Anjos

Espaços Expositivos

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAIA

Mascaras Africanas – GAC/São Félix

Grafismos e Pintura Corporal – Povo Xikrin do Cateté

Cine Clube Tela Alternativa

Filme: O Abraço da Serpente

Apresentações Artísticas

Grupo de Percussão de Tambores da Alegria (Projeto Rios de Encontro)

Samba de Cacete – Discentes Quilombolas das Comunidades Umarizal e Jutai

3. *Palestra de Abertura*

Políticas de Ações Afirmativas e Diversidade no Ensino Superior

Palestrante: Profa. Dra. Rosana Rodrigues Heringer (UFRJ)

Mediador: Jeronimo Silva e Silva (Fecampo/Unifesspa)



A professora Rosana Heringer traçou um breve histórico sobre as políticas de ação afirmativa para o ensino superior no Brasil, citando a Conferência Mundial sobre o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Intolerância, ocorrida em Durban, na África do Sul; a criação da Lei

nº 12.711, que prevê as ações afirmativas nas Instituições Federais; e, finalmente o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Avalia que as políticas de ações afirmativas representam uma experiência bem sucedida, embora seja preciso ampliá-las e consolidá-las, e que protagonismo dos movimentos sociais contribui para que a experiência seja avaliada com certo sucesso.

Demarcou o ano de 2012 como importante porque define as cotas nas universidades públicas por meio da Lei nº 12.711. Então, o grupo de sua pesquisa fez por vários anos acompanhamento e atualização permanente das universidades que instituíram cotas, observando como antes deste marco cada universidade decidia pela criação de políticas de ações afirmativas. E lança um questionamento:

“Com a lei agora tá garantido? Não sabemos, já que não estamos em um momento otimista na política do país, e que temos que ficar muito atentos, pois com o congresso nacional que temos tudo é possível. Precisamos ficar atentos”.

Mencionou que a expansão e a concretização das políticas de ação afirmativas no ensino superior no Brasil estão altamente vinculadas ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa

Universidade Para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Educação à distância, às novas instituições, novos campi e novos cursos e ampliação de cursos noturnos. E que por isso não devemos pensar na perspectiva destas ações como isoladas. Lembrando que cursos noturnos nas federais possuem um imenso potencial de democratização.

Apresentou alguns dados em tabelas e gráficos dando destaque a algumas informações. Destacou o crescimento das vagas nas instituições privadas e nas faculdades particulares. O crescimento do setor público ocorre numa proporção muito menor que das particulares. Os dados mais recentes comprovam que 75% das matrículas são no ensino superior privado e, portanto, 25% nas públicas. Nos dados das matrículas totais, o censo de 2014 apresenta 7,8 bilhões de matrículas no ensino superior, sendo 6,5 milhões presenciais. Na distribuição por estado, disparadamente São Paulo e disparadamente ensino privado. Seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e o restante ainda há muita para ampliar. Dos estudantes matriculados nos cursos de graduação, 63% estão nos cursos noturnos e 37% no diurno. A questão é que a grande maioria dos estudantes matriculados no noturno está nas instituições privadas. Na rede estadual, principalmente na federal, o maior percentual está matriculado no diurno.

Apresentou dados de ingresso por faixa etária relacionado a renda, a cor e população urbana e rural. Analisou que houve ampliação, maior democratização, maior acesso e que houve uma mudança do perfil socioeconômico. São jovens da primeira geração da família a ingressar no ensino superior, menor renda familiar, oriundo de escola pública, principalmente depois da lei de cotas, pretos e pardos, mais velhos e com trajetória escolar não-linear, dados que temos observado nas trajetórias da pesquisas.

Jovens com este perfil nas nossas instituições impõem um desafio permanente ao ensino superior, como favorecer a conclusão com sucesso? Aí a discussão é superimportante dentro desse debate da permanência. Indicou dois autores que trabalham o tema: Wilson Almeida, professor da Federal do ABC de São Paulo (UFABC) e Diane Reis, professora da Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que discutem a permanência material e a permanência simbólica. Sublinhou que são temas que a Unifesspa começa a tratar, mesmo que não deem esses nomes, e que foram discutidos neste Seminário.

Permanência material diz respeito às condições financeiras e de estrutura necessárias para a permanência no ensino superior. Permanência simbólica representam todo o outro universo, de se sentir parte da instituição, de não se sentir vítima de preconceito, de se sentir envolvido. Os aspectos dessa dificuldade de permanência simbólica vão variar de acordo com os pertencimentos a diferentes grupos raciais étnicos e conforme outros tipos de identidade.

Apresentou rapidamente um panorama sobre a assistência estudantil, para mostrar que está aumentando a movimentação institucional no sentido da ampliação dessas políticas, contudo muito aquém do que é necessário para garantir a permanência.

Um aspecto da permanência acadêmica envolve as questões materiais, a inserção e o sucesso acadêmico, e estes apresentam um desafio: de fazer a discussão sobre permanência e assistência, e alerta que muitas vezes a assistência estudantil vira sinônimo de permanência, como se a assistência fosse vista como bolsa, transporte, moradia e alimentação, pelo menos estas quatro temáticas são as que mais aparecem nas mobilizações estudantis. O problema é que essas questões são um dos aspectos da permanência, mas não é tudo. Teoricamente, diferencia a questão, e discute a política de permanência incluindo aspectos relacionados às diferentes formas de inserção plena na universidade, ou seja, a inserção científica, participação em eventos, participação em atividades culturais, que devem ser pensadas para todo e qualquer estudante universitário.

As políticas de assistência estão contidas na política de permanência, mas com foco mais específico nas ações para viabilizar a frequência às aulas e a produtividade acadêmica. Indicou os autores que ajudam a discutir o tema da permanência e da assistência, que não trabalham diretamente com a temática, mas que por meio dos seus trabalhos ajudam a pensar o momento atual das instituições. Apontou as obras de Pierre Bourdieu, *Os excluídos do Interior*, no qual o autor argumenta que os novos beneficiários (falando do ensino médio) teriam compreendido que não basta ter acesso para ter êxito, e discute o risco do estudante se auto excluir, de achar que não tem condição ou que vai estar sempre numa situação de menor possibilidade e oportunidade, o que é um grande risco.

O outro autor indicado foi Alain Coulon que escreveu o livro *A Condição de Estudante*, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e criou o conceito de “processo de afiliação”. Este autor aponta que para se tornar um estudante universitário, a pessoa precisa passar por uma série de etapas que farão com que, de fato, ao final ele faça parte da vida universitária, se integre plenamente a esse novo contexto. Estes estudos levam-na a pensar que a permanência está em risco, porque se observa que os dados coletados nas instituições não são apenas de evasão nos cursos; de forma agregada, a taxa de conclusão do ensino de graduação no Brasil vem caindo nos últimos anos. E alerta que isso deve ser visto com muita preocupação, porque discursos conservadores argumentam que a universidade pública é muito cara, e questionam: afinal de contas para que serve? forma quem? Citou o exemplo do jornal “O Globo” que quase toda semana tem um editorial discutindo a legitimidade da universidade pública, então estes dados preocupam porque podem munir este tipo de discurso. Citou que em 2011, a taxa de conclusão era de 45%, em 2012 39,7%, em 2013, 37,3%, e espera que essa tendência esteja diminuindo em 2014. Indica que precisamos olhar quem

são os estudantes que não estão concluindo (pelo menos no tempo regular), pois as dificuldades de permanência são de diferentes ordens e natureza, e as instituições precisam se preparar para receber esse no perfil de alunos e a nova realidade.

Durante uma pesquisa realizada em conjunto com outra professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisou no *site* de 63 universidades federais o que diziam sobre assistência estudantil, tentando olhar na perspectiva do estudante. “Essa informação está acessível, está disponível, está de forma que eu entenda, quais são os tipos de bolsa, quais são os critérios, quais são os formulários que eu tenho que preencher”. Na pesquisa visualizaram, principalmente, dados do PNAES, mostrando que o programa destinou 1,4 milhão auxílios em 2013 em comparação aos 200 mil de 2008. Constatou que há uma infinidade de nomenclaturas e discussões. Entre estas, destacou a discussão sobre a obrigatoriedade de contrapartida para instituição do estudante que recebe auxílio financeiro. Por exemplo, existem instituições que adotam um Coeficiente de Rendimento (CR) mínimo para o estudante ter direito a auxílio e outras que não.

Existem argumentos nos dois sentidos, que não podem cobrar por algo que é direito mais que dever; e por outro lado os defendem que sem critério não á como saber se o estudante está progredindo ao longo do curso. Cita que a Universidade Federal Fluminense (UFF) tem uma bolsa de desenvolvimento acadêmico pela qual o aluno recebe a bolsa de desenvolvimento acadêmico e, obrigatoriamente, participa de um projeto de pesquisa ou extensão. Cita a que variação dos valores das bolsas é R\$75 a R\$522, e que tem relação com o tamanho da cidade, universidades em cidades grandes tendem a destinar um valor maior, mas a diferença não é grande. A Universidade de Brasília (UNB) é uma das que paga o maior valor.

Das experiências mais interessantes, citou os casos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que adotaram um questionário bem detalhado como porta de entrada para o estudante e que traça um perfil do estudante. A partir dele se coloca a possibilidade, por exemplo, de acesso ao Restaurante Universitário, no cartão de alimentação, no auxílio alimentação. Isso auxilia na distribuição e democratização dos recursos escassos, de forma que atenda um maior número de estudantes, e favorecem o apoio à atividades esportivas e a realização de eventos culturais e científicos.

Em relação a permanência simbólica, tratou-a relacionando a alunos pretos e pardos, no tocante a discriminação, que está no cotidiano das instituições. Citou que na UFRJ tem vivido com denúncias crescentes, da mesma forma que na sociedade brasileira em geral, com poucos mecanismos para fazer acompanhamento desses casos. Neste sentido, estão pensando na criação de uma espécie de comissão na UFRJ, no âmbito da Faculdade de Educação, que seja um lugar de acolhimento de casos, que as pessoas possam vir de maneira privada e que possam trazer esses casos para

trabalharmos internamente. Outra questão que também foi trazida atualmente, que diz respeito às implicações da presença desses estudantes, são as transformações curriculares. Cita a experiência da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), no interior de São Paulo, que foi uma das primeiras a fazer o vestibular direcionado para indígenas, e tem todas as questões implicadas para a vinda para cidade de alunos do Norte (deslocamento, condições de permanência, entre outras) e questiona o conteúdo do conhecimento produzido e transmitido na universidade. Alerta que a diversidade epistemológica é muito importante, outra questão. No caso do movimento negro, observa que o papel dos grupos de estudo afro-brasileiros na universidade consolidados contribuem para o debate interno e ajudam nas transformações, o que pode acontecer em relação a gêneros, em relação aos indígenas, as pessoas com deficiência.

Citou que na UFRJ tem uma experiência de acolhimento dos novos professores concursados. Fazem uma vez por ano um seminário destinado a eles que tem a intenção de discutir quem são os alunos, como é o trabalho, quais são as questões para atenção, sobre a diversidade e ações afirmativas. Contudo, é uma ação que acontece uma vez quando o professor ingressa, e não se sabe em que medida essa formação faz diferença na trajetória dele.

Observou que as medidas adotadas ao longo dessa década produziram um efeito positivo, porém insuficiente no que diz respeito à ampliação do acesso ao ensino superior de jovens excluídos, então é necessário avaliar esses programas e estamos atrasados, porque a avaliação de um programa com lei tem que ser feito cumulativamente.



Foto: Equipe de Comunicação e Divulgação

Precisamos ficar atentos na crise política, econômica e fiscal atual que ameaçam essas políticas de expansão de democratização e permanência, estamos aí com restrição de recursos, num momento em que as políticas de permanência e assistência são mais necessárias, já que estamos com um número de estudantes beirando os 50% pelas cotas. Então, esse número, essa necessidade vai sempre ampliando.

Concluiu apresentando o que chamou de temas permanentes: a questão da qualidade; do desempenho; a super concentração da oferta do ensino superior no Brasil no ensino privado, porque tudo isso que eu falei até agora diz respeito às universidades públicas, e aquilo que eu falei no início era relativo a 25% das matrículas. E para refletir sobre o tamanho do desafio que temos pela frente, comentou com preocupação a fusão da Estácio de Sá com a Kroton, que é o maior grupo privado de ensino do Brasil que não é brasileiro, e se transformou na maior instituição de ensino superior do mundo, com 1,6 milhão de estudantes, orientando que é preciso pensar sobre a qualidade do ensino privado e do ensino a distância.

5. *Painel Relatos*

Palestrantes: Profa. Dra. Luciene de Oliveira Dias (CAAF/UFG); Profa. Dra. Beatriz dos Santos Landa (CEPEGRE/UEMS); Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves (UEMS)

Profa. Me. Rosilene Rodrigues Prado (NIS/UFPA); e, Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade (UNILAB).

Mediador: Janailson Macedo Luiz (FAHIS/ICH/Unifesspa)

O painel de relatos teve como objetivo trazer para a comunidade acadêmica da Unifesspa as experiências que vêm sendo desenvolvidas em outras instituições de ensino superior referentes às políticas afirmativas para a inserção, permanência e conclusão no/do ensino superior de estudantes negros, indígenas, pessoas LGBTQTT. Também foi intenção refletir como tem essas experiências tem se constituído nessas instituições para avaliarmos a forma como a Unifesspa vem tratando essas políticas e como poderemos, de acordo com nossa realidade, melhorar as práticas já desenvolvidas.

As professoras Dra. Luciene de Oliveira da Universidade Federal de Goiás e Dra. Maria José



Foto: Equipe de Comunicação e Divulgação

defenderam a adoção da avaliação dos candidatos autodeclarados negros e pardos por uma equipe constituída pela universidade.

A Professora Dra. Maria José, membro do Centro de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE) em sua exposição apresentou um histórico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em que a seleção de cotistas, iniciada em 2002, consistia em um percentual de 20% das vagas para negros e pardos e reserva para indígenas sem estabelecer percentual. Em 2003, segundo apresentação da professora, o Conselho Universitário (COUNI) deliberou, em consulta com lideranças indígenas e Movimento Negro, o percentual de 10%

das vagas para indígenas e a exigência de que os candidatos negros fossem provenientes de escolas públicas ou bolsistas em caso de escola privada, além de incluir a análise fenotípica, realizada através de avaliação por foto.

Em 2010 o UEMS adotou sistema do SISU, momento em que começou a forma de seleção de cotistas usando a autodeclaração, esse sistema foi adotado até 2013, a partir desse ano, segundo a apresentadora, começaram denúncias de fraudes, o que levou a UEMS a adotar a avaliação fenotípica com bancas presenciais. Essa forma de avaliação é adotada até hoje com o objetivo de evitar fraudes, porém não foram apresentados dados acerca do percentual de fraudes nesses casos.

Com relação às políticas afirmativas para indígenas foi apontado o curso específico para esses povos, Normal Superior Indígena, além de um panorama das dificuldades que os estudantes cotistas têm enfrentado na universidade, apontando possíveis soluções. Esses dados são resultado de uma pesquisa da CEPEGRE junto a esses estudantes. As dificuldades avaliadas na pesquisa são desde questões relacionadas à discriminação por parte de professores e colegas, falta de acesso à materiais de campo, falta de conhecimento em informática, disciplinas de exatas e língua portuguesa, até dificuldades em elaborar projetos de pesquisa ou professores para orientar nas temáticas das questões étnico-raciais. Diante das dificuldades observadas, a CEPEGRE/UEMS sugere como solução algumas políticas de permanência, a exemplo de: a) realização de pesquisa; b) tratar com rigor casos de preconceitos e racismos; c) pagar bolsa sem atraso e aumentar os valores; d) oferecer auxílios para estudantes tomarem banho e aquecerem sua comida no período que estiverem na universidade; e) professores com disposição para orientar pesquisa sobre negros e indígenas; f) implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 para todos os cursos; g) tutoria com informática e disciplinas que tem dificuldades; h) cursos extras; i) alimentação e alojamento para estudantes de fora sem condições financeiras. A UEMS conta com atendimento psicológico, assistência social e Casa da Cultura, na qual se realiza cursos e atividades artísticas.

A professora Dra Beatriz Landa, também da CEPEGRE/UEMS apresentou dados especificamente sobre os estudantes indígenas da instituição. O Mato Grosso do Sul, segundo dados apresentados com base no Censo 2010, possui a segunda maior população indígena do país, portanto deve ser preocupação do Estado sua inclusão no ensino superior com respeito às suas especificidades. Na exposição, a professora apresentou dados sobre a quantidade de vagas destinadas a indígenas, alunos matriculados e concluintes. De 2004 a 2016 das 27.466 vagas totais 10% foram destinados aos indígenas, conforme deliberação do COUNI, ou seja, 2.745. Porém, foram ocupadas 1.087 vagas do total destinado aos indígenas, o que representa um aproveitamento de 40%. Desse total de ingressantes somente 120 concluíram a graduação.

A CEPEGRE realizou pesquisa para entender esses números, o porquê da evasão ser tão significativa. Os dados apresentados demonstram que as dificuldades para a permanência têm causa financeira, mas que vai muito além da questão econômica. Os dados da pesquisa apresentado demonstram que a evasão dos estudantes indígenas é de 40 a 60%, e que as causas são também devido: a) escolha do curso, os estudantes escolhem o curso sem conhecer a área de estudo, trabalho, etc; b) iniciar um emprego, começam a trabalhar e não conseguem dar conta de continuar estudando; c) mudança de curso/universidade; d) questões sociais, como casamento, gravidez, doença de familiar; e) questões sociais, como saudade, assumir liderança; f) questões metodológicas e pedagógicas, a universidade não está totalmente preparada para receber os indígenas e diversas barreiras são postas por colegas, professores, técnicos que dificulta a permanência.

Diante desse quadro foi proposta uma série de ações específicas para apoiar a permanência para além das bolsas, tais como: a) espaços diferenciados e específicos; b) Inclusão digital, cursos básicos de informática específicos para os indígenas; c) acompanhamento pedagógico para os indígenas com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem; d) acompanhamento individual se for o caso; e) organização de eventos acadêmicos que congreguem indígenas de várias universidades, no intuito de fortalecer a organização desses estudantes; f) formação diferenciada nas áreas de educação, saúde, direito e agrárias; g) organização de eventos em terras indígenas; h) tutoria; i) apoio a proposta de pesquisa e extensão; j) apoio a participação em eventos; l) orientação para docentes.

No quesito econômico, a UEMS conta com bolsas e apoios variados. Como pode ser visto são muitos os desafios postos. A CEPEGRE tem acompanhado a trajetória por conclusão desses estudantes também.

A professora Dra. Luma Nogueira, que faz parte do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidade (NPGS), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), apresentou as ações que têm sido desenvolvidas pela UNILAB para tratar as questões referentes à população LGBTT e às mulheres. Importante frisar que a referida professora é a primeira travesti doutora do país.

Algumas das ações desenvolvidas tem sido a inclusão de disciplinas que tratam do tema na tentativa de combater preconceitos e discriminações. O NPGS ofereceu cursos na temática para população geral e formação complementar sobre o tema para docentes, técnicos e estudantes.

O núcleo tem realizado convênios com alguns órgãos e setores para ampliar sua atuação a exemplo do Instituto Maria da Penha, Coordenadoria LGBTT do estado do Ceará, Coordenadoria de Direitos Humanos do estado do Ceará, Centro de Referência da Mulher, Coordenadoria da Juventude

de Fortaleza, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial de estado.

Como ações, o núcleo, segunda apresentação, tem realizado assistência a estudantes vítimas de estupro, participação em eventos, manifestações de movimentos sociais e articulação internacional. A professora Dra. Luma Nogueira em sua fala final chamou atenção para a necessidade de articular as políticas dos grupos discriminados, pois não há porque separar as lutas dos que na sociedade são socialmente minorias e enfraquecer o processo de luta.

6. Mesa de Diálogo

Políticas de Ações Afirmativas na Unifesspa: a perspectiva dos movimentos sociais

Debatedores: Vanda Melo dos Santos (GAC/São Felix); Concita Guaxipiguara Sompré (FEPIPA/APIB); Deuzimar Tarracana Karajá (Associação de Estudantes Indígenas da Unifesspa); Katia Cunha da Silva (Uniforces); Rosangela Alves dos Reis (MST); Eduardo Nunes da Silva (Movimento LGBTT/Marabá); Deyziane dos Anjos Silva e Ozias Gomes da Silva (Associação dos Umbandistas de Marabá)

Mediadora: Profa. Me. Rosani de Fátima Fernandes (4ª URE)

O objetivo desta mesa de diálogo com os movimentos sociais, neste momento da discussão a respeito das políticas de ações afirmativas, enfocando pela temática a diversidade, é ouvir os sujeitos dessas ações, representados por lideranças dos movimentos sociais que puderam refletir a respeito de como têm vivenciado a relação com a universidade, a partir do ingresso dos alunos, das ações de pesquisa e atividades de extensão que aproximam (ou não) estes sujeitos, das possibilidades e limites encontrados no contexto atual.

Deuzimar Tarracana Karajá, da Associação de Estudantes Indígenas da Unifesspa, ressalta como uma das dificuldades o preconceito existente desde muito tempo e até hoje sofrem. Segundo ele,

“existe uma discriminação que nos coloca como incapazes. Este foi um dos motivos que estimulou a criação da associação para que a gente se firme na universidade, por que a gente a gente é capaz, a gente quer participar, queremos dar nossa opinião. Nós temos nossa cultura, não vamos esquecer, nós vamos ficar aqui, mas vamos voltar para nossa tribo, antes muitos desistiam por falta de recursos, por não ter com vir de nossas aldeias para cá, sem dinheiro, por não saber como se deslocar em Marabá, outros voltaram por estar passando fome mesmo;

a gente não tem apoio, não tinha bolsa, não tinha como, por falta de dinheiro. Até hoje, daqui da Unifesspa foi formado apenas três alunos formados indígenas”.

Rosângela Alves dos Reis, representante do Movimento Sem Terra (MST), aponta para os riscos da mercantilização, da influência do capital na educação e dos cortes de investimentos na



Foto: Equipe de Comunicação e Divulgação

educação pública que influenciam nas políticas de acesso à universidade. Para ela

...tudo caminha pra mercantilização, cada vez mais a mercantilização da nossa educação, da educação em geral; educação infantil, fundamental, EJA, enfim, ai vem ne. Vários cursos que surgem, tem dinheiro pra escola privadas, tem dinheiro para os cursinhos privados, tem dinheiro pra universidade privada; enquanto que a nossa educação pública todo dia tem um corte diferente, tem uma PEC que diz – não você não vai receber, não tem mais professor, não tem salário; e como que vamos sobreviver dentro de uma universidade.

A representante da FEPIPA/APIB Concita Sompré destaca a relação dos indígenas com a universidade com a possibilidade na formação de profissionais indígenas e ainda com a oportunidade de se dar lugar e voz a esses sujeitos.

Não sei se alguém pensa ao contrário de mim, mas ela nos deu essa oportunidade de colocar os indígenas na universidade para ser médicos, engenheiro civil, seja qual for a área que eles escolherem! E hoje nosso movimento se sente mais fortalecido, por que hoje nos falamos, antes falavam por nós, antes nos davam ouvidos, mas através de uma segunda fala, e hoje somos nós que estamos aqui falando, por que sabemos, temos conhecimento e propriedade da nossa das nossas dificuldades, era isso que eu queria contribuir.

Dentre os componentes da mesa de diálogo, o seminário contou ainda com: Vanda Melo dos Santos do Grupo de Ação Cultural São Félix que expôs questões relativas ao movimento negro, a forma como a temática étnico-racial é desenvolvida na Unifesspa, a partir da relação deste coletivo com o N'Umbuntu; Katia Cunha da Silva (Uniforces) militante do direito das pessoas com

deficiência, aluna da turma de Pedagogia 2016 que relatou as dificuldades das pessoas com deficiência com relação a acessibilidade e a própria conduta da comunidade acadêmica em desrespeitar as leis da acessibilidade (estacionamento em locais indevidos, bloqueios de entradas, etc.). Ressaltou ainda que tem percebido alguns avanços, como no caso da adaptação da entrada das salas de aula, mas frisou que ainda falta muito a avançar; Eduardo Nunes da Silva do Movimento LGBTT/Marabá, que participa da ONG Consciência e realizam um trabalho de formação política; Deyziane dos Anjos Silva e Ozias Gomes da Silva da Associação dos Umbandistas de Marabá que pautaram a realização de um Congresso das religiões de matriz africana em Marabá.

A Profa. Me. Rosani de Fátima Fernandes da 4ª Unidade Regional de Educação/SEDUC-Marabá realizou a mediação desta mesa.

7. Grupos de Trabalhos

Objetivo: Discutir e propor ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de contribuir para a política de acesso e permanência na Unifesspa, com foco no acompanhamento da trajetória acadêmica dos ingressantes através das políticas de ações afirmativas da Unifesspa.

GT 1 – Ações Afirmativas para Negros em Educação

Coordenador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes

Relatora: Profa. Deyziane dos Anjos Silva

Quantidade de Participantes: Não informado

Entidades ou setores participantes: Acadêmicos da Unifesspa, Associação dos Umbandistas, GAC – Grupo de Ação Cultural, Crespos e Cacheados, Quilombo Nova Jutaí, Numbuntu e a PROEG.

O GT Ações Afirmativas em Educação para Negros torna-se fundamental para a compreensão do papel das populações negras e de seus movimentos sociais na luta por suas demandas desde antes da promulgação da República. As políticas específicas, mais do que benesses do Estado, foram conquistas sociais. O GT reunido reconhece que as estruturas sociais hierárquicas do passado prejudicaram o presente das populações negras. Conforme Petronilha Silva:

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino (...). Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos da resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história (SILVA, 2004, p.3).

Em sentido stricto, destaca-se que Belém, capital do Estado do Pará foi o primeiro município do país a reconhecer as demandas do povo negro ao instituir no ano de 1994 uma Lei específica sobre os estudos da trajetória histórica dessas populações no ensino básico. A Lei 7685/94 inseriu no currículo da disciplina de História “o conteúdo relativo ao estudo da raça negra na formação sociocultural brasileira (...) tornando-se obrigatório “o ensino sobre a condição social do negro na atualidade, sobre a produção cultural de origem afro-brasileira bem como dos movimentos organizados de resistência no decorrer da História brasileira” (LEI 7685/1994, BELÉM-PA). Em sentido lato, o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e o seu reconhecimento dos direitos a terra dos remanescentes dos quilombos, as políticas das Ações Afirmativas, a Lei 10.639/03 e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) são instrumentos jurídicos federais que primam pelo (re) conhecimento das populações negras. Proposições que se tornaram fundamentais para este grupo na

redemocratização do país e que devem ser interpretados à luz do contexto sócio histórico do município de Marabá - Pará. Esta Assembleia, bem como nosso GT se tornam necessários dentro das atividades de um evento que propõe problematizar as Ações Afirmativas na UNIFESSPA e que deve ocorrer em conjunto com o reconhecimento da trajetória histórica e do protagonismo das populações negras no Brasil, no Pará e em Marabá.

Para tudo isto, o PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL e o PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, devem ser tencionados a inserir em suas diretrizes normatizações imprescindíveis as Ações que contemplem a diversidade etnicorracial e que conduzam a institucionalização das Ações Afirmativas. Nas quais citamos:

A obrigatoriedade da inclusão das atividades curriculares nos Cursos de graduação e pós-graduação de todos os cursos da Unifesspa.

Além disso, compreende-se que toda e qualquer ação proposta por este GT entende a dinâmica que deva existir entre o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, já que somente estes concatenados potencializam o conhecimento.

Instaurar uma ouvidoria para assuntos de discriminação racial e intolerância religiosa.

E por fim, em um âmbito geral, deve-se redigir um texto base amplo, composto pelos movimentos sociais, integrantes dos GTs e pela Universidade, no intuito de historizar e fundamentar o processo para as próximas discussões.

Por uma Unifesspa, de fato e de direito, democrática e plural. Objetivos que serão conquistados, em nosso entendimento, com uma responsável e efetiva interlocução com os movimentos sociais e movimentos tradicionais da região.

Eixo	Propostas	Justificativa	Vinculação Sugerida na Estrutura da Unifesspa
ENSINO	Propor a obrigatoriedade de atividades curriculares nos Cursos da Unifesspa, relacionadas a temática étnico-racial. Se não for possível alocar nas disciplinas, mas que ocorram atividades extra-curriculares e em extensão.	Visando institucionalizar a Lei 10.639. Retirando esta responsabilidade dos professores e dos simpatizantes. Outra questão é que como os professores formados pela instituição vão aplicar Leis como a 10.639 e 11.645 nas salas de aula se os mesmos não tiveram essa formação na academia?	PROEG
	Constituição de acervo com dotação orçamentária para adquirir livros da temática africana, afro-brasileira e da educação das relações étnico-raciais.	Não ha referencial, e o pouco que tem, não supre as necessidades da demanda.	BIBLIOTECA
	Construir um banco de dados cadastrais dos alunos ingressos na Universidade, sobretudo os cotistas, para acompanhamento e avaliação continuada para criar estratégias e critérios aprimorados da diversidade.	Compreender a dimensão da origem deste aluno, quanto a diversidade racial, religiosa, étnica etc. E para qualificar o acesso as informações para posteriores politicas especificas, estatísticas que deem conta da real dimensão desta diversidade.	CRCA – PROEG
	Formar professores/as e técnicos/as da Universidade na perspectiva de incluir nas práticas de trabalho um olhar da diversidade etnicorracial e dos saberes da região.	Reconhecer e valorizar a diversidade étnico-racial existentes na região e que estão presentes no espaço acadêmico.	PROEG
EXTENSÃO	Efetivas as Políticas de Ações Afirmativas para Estudantes Cotistas.	Nas ações afirmativas da Pró-reitoria de Extensão, reconhecem-se apenas como público alvo os estudantes quilombolas e indígenas, enquanto que os discentes que entraram por meio de cotas são inviabilizados e não fazem parte de tais políticas.	PROEX
	Construir conhecimento com os movimentos sociais, por meio dos saberes populares, para serem utilizados em sala de aula.	Falta referência de materiais didáticos locais que deem conta das especificidades de Marabá e região sul e sudeste do Pará	PROEX/PROFIT
	Atendimento psicossocial com recorte racial.	Dar suporte psicológico que combata malefícios que o racismo causa na autoestima dos	PROEX

		sujeitos com sofrimento psíquicos.	
	Apoiar a realização I Congresso das Religiões de Matriz Africana do Sul e Sudeste do Pará, bem como congressos de outras diversidades, a saber: dos movimentos negro, indígena, cultural, e artístico.	Embasamento teórico e prático da lei 10.639/03 e 11.645/08, na perspectiva de construir diálogo com as comunidades e povos tradicionais de terreiro, e com os movimentos sociais para construir políticas públicas de ensino, pesquisa e extensão na Universidade.	PROEX
	Garantir o retorno à comunidade e sujeitos das pesquisas realizadas com os mesmos.		
PESQUISA	Criar o NEABI (Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas), na perspectiva de agregar os grupos de pesquisas, estudos e extensão que já existem na UNIFESSPA, resguardando sua autonomia e a dos grupos existentes.	O N'UMBUNTU é um grupo eletivo da faculdade de educação, quem tem desenvolvido ao longo de sua história ações de pesquisa, ensino e extensão; no entanto, entendemos que a estrutura de um NEABI agregaria, e fortaleceria as diversas ações afirmativas e também assessoria a UNIFESSPA e suas Pro-Reitorias no que se refere as temáticas das relações étnico-raciais.	PROPIT
	Fomentar nos níveis de graduação e pós-graduação pesquisas com a temática étnico-racial.	Motivar a produção intelectual e acadêmica, no que diz respeito as populações negras e suas manifestações políticas, sociais, artísticas, culturais e religiosas	PROPIT
	Reserva de vagas destinadas a diversidade étnico-racial nas pós-graduações.	Garantir a efetivação de políticas afirmativas, em virtude de manutenção de privilegio nas pós-graduações que mantém a estrutura de poder excludente da sociedade.	PROPIT
	Incentivar a criação de linhas de pesquisas específicas na pós-graduação sobre as temáticas étnico-raciais	Reconhece-se a insipiência de produção acadêmica no âmbito das pós-graduação da Unifesspa.	PROPIT

GT 2 – Ações Afirmativas para Quilombolas

Coordenadora: Profa. Me. Rita de Cassia Costa

Relator: Junior Gleysson Gomes Santos

Quantidade total de participantes: 16

Entidades ou setores participantes: Discentes da Unifesspa oriundos das Comunidades Quilombolas de Umarizal e Nova Jutai vinculados aos cursos de História, Saúde Coletiva, Sistema de Informação, Ciências Biológicas, Letras, Agronomia, Engenharia da Computação, Direito, Engenharia Mecânica; além de uma presidenta da Comunidade de Nova Jutai, um técnico (PROEX) e uma professora/coordenadora (Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO).

Eixo	Propostas	Justificativa	Vinculação Sugerida na Estrutura da Unifesspa
ENSINO	Orientação sobre os procedimentos técnicos e acadêmicos de vinculação (habilitação, matrícula, início das aulas etc.) dos ingressantes à Unifesspa nas cerimônias de recepção/acolhimento dos calouros, de forma mais consistente.	Possibilitar aos quilombolas informações mais sólidas sobre as etapas de seu processo de vinculação.	CTIC, CRCA, PROEG, Institutos e Faculdades
	Orientação sobre os sistemas de informática e comunicação da Unifesspa (SIGs, e-mail, sites, telefones, WhatsApp etc.) em eventos de recepção dos calouros.	Possibilitar aos quilombolas informações mais sólidas sobre o acesso a informação divulgada pela Universidade.	CTIC, PROEG, PROEX, PROPIT, CRCA
EXTENSÃO	Problematicar os propósitos das ações de permanência dos discentes (avaliação, cumprimento dos resultados etc.).	Avaliar a efetividade da permanência.	PROEX, Institutos e Faculdades.
	Maior participação das representações quilombolas nas atividades desenvolvidas pela/na Universidade.	Maior protagonismo dos agentes sociais no espaço da Universidade intermediando ações da/na comunidade.	Reitoria, PROEG, PROEX, PROPIT, Institutos e Faculdades
	Apoiar os discentes quilombolas na promoção de seus direitos na comunidade e na Universidade e na realização de ações em suas comunidades.	Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão.	PROEG, PROEX, PROPIT, Institutos e Faculdades.
	Reforço a oferta de cursos de informática para os discentes quilombolas, voltados a produção acadêmica.	Superar as dificuldades no uso da informática e na produção do trabalho acadêmico.	PROEG, PROEX, FACELL, outros Institutos e Faculdades.
	Estratégias de comunicação e divulgação de atividades desenvolvidas no espaço da universidade.	Facilitar a informação.	Todos

	Palestras, mini-cursos, oficinas sobre produção de texto e leitura.	Possibilitar e promover o debate de temas sobre a questão quilombola e a apropriação técnica sobre a produção textual (resenhas, artigos, fichamentos etc.)	PROEG, PROEX, Institutos e Faculdades.
	Restaurante Universitário – RU	Minimizar os custos com alimentação na Universidade.	Reitoria, PROADI e PROEX.
	Apoiar o debate sobre estratégias de solidariedade entre os quilombolas para permanência na Universidade.	Possibilitar para a permanência	PROEG, PROEX e PROPIT.
	Promover oficinas, debates, mini-cursos sobre a relação e troca de experiências entre ensino, pesquisa e extensão.	Envolvimento na temática quilombola (comunidade e universidade).	PROEG, PROEX, PROPIT, Institutos e Faculdades e Grupos de Pesquisas e Núcleos.
	Aporte para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão nas comunidades quilombolas (concessão de bolsas, transportes, materiais etc.).	Viabilizar as atividades.	Reitoria, PROADI, PROEG, PROEX, PROPIT, Institutos e Faculdades e Grupos de Pesquisas e Núcleos.
PESQUISA	Apoiar a pesquisa pelos discentes e voltadas às comunidades quilombolas.	Orientação acadêmica articulada com a realidade. Promover a articulação Ensino-Pesquisa-Extensão.	PROEG, PROEX, PROPIT, Institutos e Faculdades e Grupos de Pesquisas e Núcleos.

GT 3 – Ações Afirmativas para Indígenas

Coordenador: Prof. Dra. Maria Cristina Macedo Alencar

Relatora: Profa. Me. Rosani de Fátima Fernandes e Profa. Me. Tereza Maracaípe Barboza

Quantidade total de participantes: Não informado

Entidades ou setores participantes: Discentes indígenas das etnias Guajajara, Surui Akewaara, Xikrins e Guarani, professores da Unifesspa e agentes de movimento social.

As discussões foram realizadas em torno das ações dentro do espaço da universidade, mas também no sentido da universidade ultrapassar seus muros e ir até as aldeias.

A relatora solicitou a inclusão de dois registros. O primeiro relacionado à participação dos indígenas, estudantes da Unifesspa no seminário, sentiu-se a ausência do grupo indígena Gavião. A relatora reforçou que a Associação dos Estudantes Indígenas esteve representada no segundo dia do evento pelo estudante Deuzimar Karajá, presidente da Associação, que divulgou o Seminário, e inclusive a URE também foi às aldeias divulgar, juntamente com a FUNAI, mas que o movimento indígena também deve refletir sobre a participação deste coletivo nos eventos da instituição. A relatora reforçou estas questões diante da relevância das discussões para o planejamento, que elaborará estas políticas. Em relação ao segundo ponto, registrou a ausência de algumas pessoas que participam da comissão dos Processos Seletivos Especiais para Indígenas e Quilombolas, como a professoras Austria, Eliane e Luiza, que são pessoas que tem acúmulo considerável nestas discussões na produção do conhecimento e na elaboração de artigos e publicação com os povos indígenas, e acampou a atenção para que todos perdem sem a participação destes pesquisadores.

Eixo	Propostas	Justificativa	Vinculação Sugerida na Estrutura da Unifesspa
ENSINO	Necessidade de uma normativa que garanta o direito do estudante indígena de participar das práticas socioculturais de suas comunidades sendo assistidos na aldeia e sem prejuízo no rendimento da frequência nos processos avaliativos.	Evitar que os discentes sejam prejudicados academicamente por estarem realizando ações que são tradições entre seus povos (luto, atividades de manutenção das culturas indígenas, entre outras).	Na atual estrutura PROEG/ com a criação do núcleo sugerido as ações serão coordenadas por este núcleo.
	Criação de um NÚCLEO de assistência aos indígenas estudantes, subordinado diretamente à reitoria, em diálogo com os movimentos indígenas.	Ter uma instância institucional de articulação, planejamento, avaliação e elaboração dessas políticas em diálogo com as bases das comunidades indígenas.	NÚCLEO A SER CRIADO
	Ações que auxiliem os discentes indígenas a se inserirem na dinâmica da universidade: curso de informática e	Levando em consideração a grande necessidade e a urgência de formação de pessoas indígenas nas	PROEG/ NÚCLEO A SER CRIADO

<p>básico de português e matemática. (Ações de monitoramento, acompanhamento ou tutoria, sejam na própria dinâmica do curso, paralelas para não atrasar os cursos).</p>	<p>mais diversas áreas e porque os estudantes indígenas tem apresentado dificuldade com informática, com redação e português, em fazer resumo, artigo científico e com cálculo.</p>	
<p>Criação de cursos específicos para a demanda indígena: 1) Licenciatura intercultural indígena para a formação de professores bilíngues para atuação nas séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil e de 6º ano ao ensino médio. 2) Curso de Etnodesenvolvimento para a gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas e quilombolas.</p>	<p>Necessidade de formar professores indígenas na 1ª etapa do ensino fundamental, ou seja, alfabetizadores, para trabalhar com as séries iniciais e a educação infantil (diferente do executado pela UEPA que formava professores para atuarem do 6º ao 9º anos). Ampliar essa formação nas licenciaturas interculturais para a educação básica. O Curso de Etno visa contemplar a perspectiva de gestão territorial no sentido de elaboração de projetos, bem como orientar a gestão os territórios indígenas e quilombolas, e não precisa ser um curso específico só pra indígenas e quilombolas, mas pras comunidades tradicionais.</p>	<p>PROEG/Instituto</p>
<p>Criar edital específico de monitoria para apoio a estudantes indígenas.</p>	<p>Muitos estudantes sentem dificuldade nas disciplinas e acabam evadindo por não ter um acompanhamento mais próximo, por exemplo, no curso de Engenharia Civil, que tem uma carga horária de matemática, disciplinas muito pesadas.</p>	
<p>Formação/capacitação dos professores da Unifesspa para o trabalho com discentes indígenas na perspectiva da educação intercultural.</p>	<p>Os povos tem varias peculiaridades, como língua, costumes, e o professor precisa de formação para compreender estas diferenças, para que estas não gerem situações de preconceito, discriminação, não só por parte do docente, mas pelos discentes e técnicos, em vistas de problematizar e discutir de forma adequada determinadas situações que ocorrem no cotidiano das salas de aula.</p>	
<p>Ações da universidade de divulgação e orientação sobre o perfil básico de cada curso nas aldeias e/ou na universidade (nos moldes da caravana do vestibular indígena da UFPA).</p>	<p>Os estudantes precisam ter o máximo de informação sobre a natureza dos cursos para não incorrem em escolhas erradas, como por exemplo, a estudante que queria ser assistente social e escolheu o curso de ciências sociais porque acreditou ser o mesmo curso.</p>	

	Realização de inscrição e Processo seletivo especial para indígena nas aldeias	Considerando que seja mais fácil deslocar uma equipe que as pessoas das aldeias, considerando as distâncias da aldeia dos xikrins ou Guajanaíra que fica a 200 km.	
	Reformulação dos PPP/ currículos da Unifesspa de forma a incluir as epistemologias indígenas na perspectiva intercultural.	O movimento epistemológico é sempre no sentido da adaptação do indígena se apropriar do conhecimento não indígena, quilombola, mas não o caminho inverso. A universidade deve considerar as epistemologias indígenas, quilombolas, desses povos tradicionais nos seus projetos curriculares, na perspectiva do diálogo intercultural, ou seja, os sistemas jurídicos indígenas, os sistemas de atenção a saúde indígena, lembrar que esse movimento de interculturalidade precisa estar no cotidiano na vivência institucional.	
EXTENSÃO	Garantir condições materiais para a permanência: moradia estudantil, alimentação, transporte, apoio didático pedagógico, bolsa emergencial para alunos ingressantes até que recebam a bolsa permanência MEC com maior agilidade nesse processo.	Em virtude da burocracia para acessar a bolsa do MEC o estudante fica descoberto nos primeiros meses. A proposta seria no sentido de fornecer bolsa emergencial nesses primeiros meses.	
	Formação continuada de professores que atuam nas escolas indígenas em parceria com a secretaria estadual de educação e as secretarias municipais.	Fazer com que o ensino superior dialogue mais com a educação básica para contornar as dificuldades que os estudantes indígenas enfrentam no acesso.	
	Projeto de curso de educação em informática para professores indígenas que atuam nas aldeias.	Fazer com que a extensão se volte para questões problemáticas enfrentadas no cotidiano destas aldeias, como tratamento dos resíduos pelos Xicris, poluição dos rios dos Gavião, para produzir materiais exatamente nessa perspectiva de uma formação voltada pra essas áreas territoriais, de saúde, segurança alimentar e direito indígenas.	
	Projetos de extensão voltados para a áreas ambientais, de saúde, territoriais, segurança alimentar e nutricional. Oficinas sobre direitos indígenas.	Uma das principais demandas do acesso a universidade é a apropriação do conhecimento para a defesa de direitos.	
	Projetos de produção de materiais didáticos específicos em parceria com as escolas e professores indígenas.	Os municípios possuem grandes dificuldades em fazer esse trabalho de produção de material didático, de pessoal formado, e as secretarias de educação tem avançado muito pouco, estadual,	

		nesse sentido, por falta de recursos, neste sentido, a universidade pode também contribuir com essa elaboração de materiais didáticos com as escolas e professores indígenas.	
PESQUISA	Reserva de vagas para indígenas na pós-graduação.	Em virtude da necessidade de termos ingresso diferenciado como ocorre no acesso a Graduação.	PROPIT/PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
	Pesquisas voltadas para áreas ambientais, para os sistemas tradicionais de saúde, alimentação, educação e jurídicos indígenas; territórios e territorialidades, segurança alimentar e nutricional.	Considera a explicação dos dois itens anteriores.	PROPIT/Institutos
	Pesquisa voltada para a documentação e descrição das línguas indígenas	Necessita-se de pesquisas voltadas para a documentação e descrição das línguas indígenas, em virtude de que a língua é dinâmica.	PROPIT/FAEL/FECAMPO
	Registro das histórias e culturas indígenas.	Demanda de língua escrita, por que as histórias são passadas pela oralidade e o registro escrito é uma linguagem entendida pelo mundo não indígena, pelos ocidentais, então o registro da história também é entendido pelas lideranças tradicionais indígenas como uma forma de guardar a memória, mostrar, extrapolar os limites das aldeias, porque quando a gente escreve a história.	PROPIT/ILLA/ICH
	Estratégias de incentivo e recurso à pesquisa sobre as questões indígenas na região de abrangência da Unifesspa.	Para que as escolas tenham material com a realidade local dos povos indígenas, porque as pessoas ocidentais ainda se baseiam muito em estereótipos que precisam desconstruídos. Por exemplo, os indígenas possuem sistemas jurídicos próprios.	PROPIT
	Criação de bolsas de iniciação científicas para estudantes indígenas.		PROPIT
	Sugestão de cursos/aperfeiçoamentos sobre direito educação escolar indígena para os povos indígenas do sudeste paraense.	Necessidade de se formar as lideranças indígenas para a reivindicação dos seus direitos seja na educação escolar indígena ou seja com relação a outros direitos.	PROPIT
OUTROS	Institucionalização dessas sugestões por meio da estatuinte.	Porque foi muito discutido a importância da criação de um núcleo, que fosse um articulador de um diálogo entre os indígenas, para ser referência física quanta política que se possa produzir, deliberar, discutir, caminhar,	

		cobrar, avaliar, tanto para nós comunidades indígenas quanto para própria instituição.	
	Criar mobilidade específica para indígena estudante.	Processo diferenciado, pois o interno não abrange as especificidades dos povos.	

GT 4 – Ações Afirmativas para Diversidade de Gênero e Sexual

Coordenadora: Profa. Dra. Lorena Santiago Fabeni

Relator: Diogo e Melissa Gabriela

Quantidade total de participantes: Não informado

Entidades ou setores participantes: Discentes e integrantes do movimento LGBTTT.

Eixo	Propostas	Justificativa	Vinculação Sugerida na Estrutura da Unifesspa
ENSINO	Gênero e Diversidade	Direitos humanos é obrigatório em todos os cursos ofertarem a disciplina que contemple a diversidade e gênero como viés também de empoderamento	PROEG
EXTENSÃO	Editais com eixo temático gênero e diversidade	Para dar condições reais de construção de diálogo com a comunidade	
	Criação de núcleos e laboratórios na temática de gênero e diversidade	Dar conta da construção do diálogo e empoderamento junto à sociedade	
	Ações em conjunto com instituições externas à universidade.		
PESQUISA	Editais com temática específica em gênero e diversidade.	Fundamental para fazer ciência.	
	Criação de núcleos e laboratórios na temática de gênero e diversidade.	Dar conta do diagnóstico	
OUTROS	Editais específicos com a temática de gênero e diversidade para criar condições reais de criação do laboratório e/ou núcleo.		
	Campanhas educativas institucionais permanentes com a presença dos protagonistas dos movimentos: violência cometida contra a mulher, assédio sexual, lgbtfofia, heteronormatividade, dentre outros em parceria com outras escolas.		
	Creche para acolher a estudante mãe		
	Introduzir a temática de gênero e diversidade no Fórum de Graduação		

GT 5 – Ações Afirmativas para Pessoas com Deficiência

Coordenadora: Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo

Relator: Regina e Vanja

Quantidade total de participantes: 20

Entidades ou setores participantes: NAIA e discentes da Unifesspa

Eixo	Propostas	Justificativa	Vinculação Sugerida na Estrutura da Unifesspa
ENSINO	Apresentar orientações e diretrizes para efetivar o estreitamento de relações entre os discentes com deficiência e docentes (diretores e coordenadores de cursos nos institutos e faculdades) técnicos e com a comunidade discente de uma forma geral. Uma proposta seria uma normativa da universidade para incentivar os docentes pela busca de formação.	Os discentes com deficiência ingressam, recebem algum tipo apoio especializado (NAIA), bolsa assistência (PROEX), programa de Monitoria (PROEG), Auxílio (pedagógico – NAIA) mas falta a construção de uma cultura inclusiva na universidade que depende de toda a comunidade universitária que precisa conhecer as pessoas com deficiência e suas potencialidades e reconhecer seus direitos a acessibilidade, prioridade e contribuindo com atitudes inclusivas, rompendo com práticas discriminatórias e preconceitos.	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR PROEG PROEX NAIA PROADI PROGEP PROFIT
	Processo seletivo especial para ingresso de alunos na unifesspa com deficiência visual e com surdez	As pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva apresentam singularidades que requerem condições de acessibilidade específicas e processos de execução das provas e correção das professoras, que se não forem garantidas, perpetuarão as desigualdades de condições que marcam a vida desses sujeitos e os impedem de acessar em igualdade de condições o ensino superior	PROEG
	Criação do curso letras/libras, bacharelado e licenciatura	Demanda urgente na região sudeste paraense para a formação de professores de Libras, em Libras e tradutores e intérpretes	PROEG
	Formação de permanente com docentes como política de formação institucional sobre a temática da acessibilidade e inclusão de discentes com deficiência participação	Os espaços de formação criados até o momento sobre essa temática, ficam esvaziados e os discentes com deficiência	PROEG NAIA

	obrigatória e como integrante do seu plano de trabalho.	vivenciam várias barreiras pedagógicas com seus docentes.	
	Cada Instituto / faculdade deverá se comprometer em prever nos projetos pedagógicos de cursos, formações específicas na área de acessibilidade, inclusão e direitos humanos das pessoas com deficiência, como atividade obrigatória aos discentes de cursos de graduação e pós-graduação, como parte de um programa institucional de sensibilização de todos os discentes sobre a temática de inclusão e diversidade.	Há um componente de política de inclusão nos textos dos PPCs, mas não garantidos espaços de formação em todos os cursos sobre as questões de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, o que gera vários processos de discriminação e negação de direitos. É preciso pensar atividades curriculares obrigatórias que contemplem esses conteúdos (princípios inclusivos, direitos humanos das pessoas com deficiência, acessibilidade)	PROEG NAIA
EXTENSÃO	Criar editais com eixos transversais de projetos e programas de extensão abrangendo tecnologias assistivas, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência	Projetos com temas transversais poderá incentivar que as iniciativas se ampliem nessa área, favorecendo práticas extensionistas apoiadoras da política de inclusão e acessibilidade na Unifesspa	PROEX
	Incentivar e orientar que todas as práticas extensionistas na Unifesspa considerem as questões de acessibilidade em parceria com NAIA		PROEX NAIA
	Propor ações de atividades esportivas e culturais que contemplem os alunos com deficiência e os inclua na comunidade acadêmica. Incentivo a participação dos alunos com deficiência em eventos internos e externos na prática de esportes. Efetivar ações de garantia de acessibilidade nas atividades culturais promovidas na universidade		PROEX NAIA
	Propor em parceria PROEX com o NAIA e PROEG edital para distribuição de kit para discentes com deficiência com uma verba de no mínimo 8 mil para aquisições de materiais didático-pedagógicos e tecnológicos que favoreça seu processo de inclusão na Unifesspa		
PESQUISA	Criar Editais que incentive o desenvolvimento de pesquisas na área de tecnologias assistivas.		

	Assegurar legalmente a reserva de 2 vagas em todos os cursos de pós-graduação lato e stricto sensu (profissional e acadêmico) da Unifesspa.		
	Incentivar que coordenadores de projetos de pesquisa contemplem a seleção de discentes com deficiência como bolsista		
OUTROS	Garantir código de vagas para a contratação de especialistas (tradutor e intérprete de nível superior, brailista, revisor braile, áudio-descritor) e garantir vagas para profissionais a serem lotados no NAIA, através de concursos: Assistente administrativo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, profissional da área de tecnologias da informação e comunicação:		PROGEP NAIA
	Construir uma Resolução que normatize as questões de acessibilidade e políticas de inclusão sendo assumida por todos setores e unidades da Unifesspa regulamentado institucionalmente as práticas institucionais de acessibilidade arquitetônica, física, pedagógica, atitudinal e na comunicação e informação.		CONSEPE NAIA PROEX PROEG PROADI PROGEP
	Construção e aprovação do Regimento do NAIA		NAIA Conselhos
	Criar junto a Pró-reitoria de Gestão de Pessoal em seu programa de capacitação, ações sistematizadas com criações de cursos de capacitação para técnicos administrativos (PROGEP) contemplando um percentual de cursos específicos que contemplem temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência		PROGEP NAIA
	Que os concursos públicos para servidores técnicos e para docentes, contemplem conteúdos sobre acessibilidade para pessoas com deficiência	O perfil profissional de quem ingressa na Unifesspa, necessita requerer conhecimentos básicos acerca das questões de acessibilidade, inclusão e pessoa com deficiência	

GT6 – Ações Afirmativas para Camponeses

Coordenadora: Prof. Me. Rodrigo de Almeida Muniz e Profa. Dra. Maria Neuza da Silva Oliveira

Relator: Osmar Cidil Batista Valverde

Quantidade de participantes: 14

Entidades ou setores participantes: Docentes Educação do campo e Faculdade de Educação, Discentes da Educação do campo, Geografia e Agronomia, Movimento Sem Terra (MST), Proex e Proeg.

Eixo	Propostas	Justificativa	Vinculação Sugerida na Estrutura da Unifesspa
ENSINO	Continuidade do evento relacionado a diversidade na Unifesspa, voltados a ingressantes na instituição.	Reafirmar a história e os princípios norteadores que culminaram na criação da Unifesspa e seus cursos, afim de valorizar os indivíduos que compõem a comunidade acadêmica da Unifesspa.	PROEX, PROEG
	Fortalecimento dos cursos de licenciatura e formação de professores, dentre outros com atuação nas escolas do campo.	Estratégia para o fortalecimento do ensino básico nas escolas do campo diminuindo o déficit existente na educação básica.	PROEG
	Cursos e oficinas de “nivelamento”.	Suprir deficiências específicas causadas pela precarização do ensino básico.	PROEG/ PROEX
	Seleção de professores que dialoguem com a realidade local e com os princípios que nortearam a criação da universidade.	Não descaracterização da universidade e seus princípios norteadores.	PROEG
EXTENSÃO	Eventos de pesquisa, ensino extensão	Manutenção e ampliação dos eventos de ensino, pesquisa e extensão na universidade e em espaços para além da universidade.	PROEG, PROEX
	Garantir políticas afirmativas de ingresso de camponeses na universidade por meio de processos seletivos especiais. (Entrevista com entrevistadores treinados adequadamente)	Garantir o ingresso de camponeses na universidade.	PROEG/CRCA
	Garantir o tempo comunidade para os alunos da Educação do campo assim como maior integração dos professores com as comunidades dos discentes	Aproximar a universidade da realidade dos camponeses.	PROEX
	Flexibilização dos editais de financiamento a projetos e garantir a participação dos alunos de comunidade distantes como bolsistas nesses projetos.	Alocar mais recursos às comunidades camponesas por meio de projeto de ensino, pesquisa e extensão.	PROEX/PROEG/PROIT

PESQUIS A	Ampliar os auxílios a apresentação, publicação e divulgação de resultados de pesquisas de docentes e discentes da universidade	Dar maior visibilidade as pesquisas dos docentes e alunos da universidade.	PROPIT
OUTROS	Infraestrutura de salas, restaurante universitário, casa estudantil, transporte e creche.	São ações afirmativas para o ingresso e permanência dos estudantes na universidade.	DINFRA
	Desburocratizar e flexibilizar o acesso aos auxílios estudantis.	Facilitar o acesso dos alunos camponeses aos auxílios estudantis.	PROEX

O Prof. Haroldo de Souza fez o discurso de encerramento do evento, parabenizando e agradecendo a todos pelas contribuições. Reforçou o empeno das três Pró-Reitorias em analisar as propostas para transformá-las e ações concretas no âmbito institucional.

Coordenação das Equipes de Organização

SECRETARIA E CREDENCIAMENTO

Aderson David Pires de Lima (PROEG)

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Irani Santos Soares (PROEG)

Lidiane Neves Rodrigues (PROEG)

CULTURA E EVENTOS

Claudiana Gomes Guido (PROEX)

DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Maclem Erane Gonçalves dos Santos (PROEX)

Ronaldo Bezerra da Silva Junior (PROEX)

APOIO ESTUDANTIL

Antonio Augusto da Costa Severo (PROEX)

ACOMPANHAMENTO DAS EQUIPES E ARTICULAÇÃO EXTERNA E INTERNA

Ana Paula de Souza Fernandes (PROEX)

ARTE DO EVENTO

Evandro Medeiros (PROEX/Fecampo)

MONITORES NAS EQUIPES

Danilo Rodrigo de Sousa Silva

Emanoel dos Santos Rosa

Giovanna Luiza Santos Vale

Janykelly Gonçalves Moitinho

Lucas Santos Sousa

Marcos Antonio Silva dos Santos

Maria Karoline Goreth Rikparti

Mariana dos Santos Ramos

Marjorie Maximiana Silva Monteiro Pereira

Mylena Cristina Aires da Silva
Nayanne Pereira Ventura Guajajara
Nayara Pereira Ventura Guajajara
Pâmela Fernandes Botelho
Paula de Menezes Baia
Priscila Albuquerque de Souza
Rafael Souza Gomes
Rayssa Ladislau Leite
Taiana Trindade Sena
Thiago Allan Ribeiro de Oliveira
Thiago Gonçalves Oliveira
Thiago Souza da Silva
Wenderson Felipe Costa Rodrigues
Werdeson Pereira Lima

COLABORADORES

Prof. Me. Janailson Luiz Macedo
Prof. Dr. Jeronimo da Silva e Silva
Prof. Dr. Lucivaldo Costa Silva
Carolina Cristina Matos de Carvalho (PROEX)
Denise de Barros Rezende (Funai)
Eliano Benício de Souza (PROEX)
Eliano Benício de Souza (PROEX)
Michele Elane de Sá Monteiro (PROEX)
Profa. Dra. Lorena Santiago Fabeni (FADIR)
Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo (NAIA)
Profa. Liliane Batista (FAEL)
Richelly de Nazaré Lima da Costa (Funai)
Samuel de Almeida Mendes (PROEX)
Sheila Kaline Leal da Silva (PROEX)
Tiago de Souza Araujo (PROEG)

AGRADECIMENTOS

Ao NUMBUTU, GEIA, GAC – São Félix, 4ª URE – Marabá, NAIA, PROEG, Propit, Proex, Ascom, CTIC, FADIR, ICH, Funai, Associação Pokrekrô, Dinfra, Campi fora de Sede, Associação dos Umbandistas de Marabá, Associação dos Estudantes Indígenas da Unifesspa, Fecampo, Cartografia Social da Amazônia, Cartografia Social do Sul e Sudeste do Pará, quilombolas, indígenas (etnias Gavião, Akewara, Guaranis, Xinkrins do Cataté, Kaingang, Xerente, Guajajaras), professores, técnicos e estudantes presentes.

Anexos



Foto: Equipe de Comunicação e Divulgação

Ritual de Abertura Indígena com representantes do Povo Xikrin – Tapiri da Unidade I (19/10/16)



Pintura Corporal e Venda de Artesanato Xinkrin



Foto: Equipe de Comunicação e Divulgação

Mesa de Abertura – Auditório da Unidade I



Foto: Equipe de Comunicação e Divulgação

Plateia do evento no dia 20/10/2016



Foto: Equipe de Comunicação e Divulgação

Apresentação Teatral das Crianças da APAE